CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

PROTOCOLO SOB Nº 372

DATA: 24/07/2020

HORA: 13:46

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

REPRESENTAÇÃO Nº 017 / 2020

Ao Exmo. Sr.
CARLOS DELFIM SOARES RIBEIRO
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
APROVADO
EM 05 / 08 / 2020

Senhor Presidente,

A Vereadora abaixo assinado, com fundamento no inciso I do art. 191 c/c com o art. 195 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem perante V. Exa., satisfeitas as formalidades regimentais vigentes, solicitar que seja encaminhada a presente **REPRESENTAÇÃO a Ilma. Srª. Ana Cláudia do Valle Ricardo Amaro, PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DO MURIAÉ-PREV, com a intenção de obter esclarecimentos pertinentes aos Repasses Patronais a serem recebidos da parte do Município de Muriaé através da Fazenda Pública Municipal dos meses referentes à Março a Maio do ano corrente.**

JUSTIFICATIVA / SOLICITAÇÕES

No que tange ao assunto supracitado, ciente da credibilidade deste Ilustre Conselho Fiscal através de sua presidente e demais membros, após tomar ciência de uma postagem no Face book por parte do Presidente do Muriaé-Prev. em sua página pessoal com uma nota de esclarecimento justificando o que deu causa a suspensão parcial ou parte do repasse patronal relativos aos meses citados, venho através dessa representação no interesse de sanar dúvidas de Servidores e que estão nos solicitando quanto à veracidade das informações.

Portanto gostaria de receber do Conselho os esclarecimentos:

- O Conselho Fiscal requisitou a Secretaria de Fazenda relatório dos valores individualizados de todas as receitas orçamentárias relativas aos meses de março a maio, visando averiguar eventual queda na arrecadação e nos repasses de receitas?

- Receberam algum documento oficial por parte da Secretaria de Fazenda que justifique a suspensão dos referidos repasses, e quais são os valores?

- Qual o impacto estimado com a suspensão do repasse das contribuições patronais?

- Os recursos que seriam destinados ao pagamento das contribuições previdenciárias patronais foram destinados pelo Ente Público para despesas da área da Saúde?